

Supremo Tribunal de Justiça

PODER JUDICIÁRIO
SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

RELATÓRIO DE ATIVIDADES
1995

PRESIDÊNCIA
MINISTRO BUENO DE SOUZA

BRASÍLIA-DF





I - INTRODUÇÃO

Ao declarar abertos os trabalhos do ano judiciário de 1996 no Superior Tribunal de Justiça, em primeiro lugar, cumprimento os eminentes Colegas, aos quais desejo votos de boas-vindas e de êxito nas atividades que nos aguardam a partir de agora.

O momento é oportuno, também, para uma reflexão mais detida a respeito da realidade nacional, na perspectiva do Poder Judiciário federal.

Sabemos todos que as missões que nos cabe cumprir serão mais ingentes, diante do quadro que se desenha perante a Nação brasileira, caracterizado, sobretudo, por sugestões que apontam como imprescindível maior celeridade em torno da reforma do Estado, apregoada com insistência, nem sempre, porém, com o necessário conhecimento de causa.

Sobre o tema, o Poder Judiciário sente-se muito à vontade, pela posição que assumiu logo no primeiro instante do debate instaurado no País, com a multiplicação de interlocutores de discutível legitimidade.

Na verdade, antecipamo-nos na proposição das linhas de reflexão mais relevantes, com o cuidado de canalizar para o Poder Legislativo os pontos de vista do Superior Tribunal de Justiça e da Justiça Federal. Nessa aproximação com o Parlamento, no qual identificamos o foro apropriado para tais reflexões, tivemos também a precaução de estender o assunto ao âmbito desta Casa, disso resultando a valiosa e oportuna colaboração da Comissão de Ministros, incumbida de promover e aprofundar o debate dos temas propostos.

Ao lado disso, o estudo da estrutura anterior dos serviços administrativos do Superior Tribunal de Justiça, associado à experiência colhida no último semestre, sugeriu a necessidade de sua urgente reforma, voltada para a

atualização e o aperfeiçoamento de seu indispensável apoio à prestação jurisdicional a cargo desta Instituição.

Assim é que a nova organização, resultante da Resolução 18, de 5.12.95, oferece suporte triplice de apoio à missão maior desta Corte. Acolhida pelo Conselho de Administração, caracteriza-se, principalmente, por seu sentido de inovação no aspecto funcional, bem diverso dos modelos já praticados nas outras áreas do Governo.

Nesta oportunidade, a Presidência sente-se gratificada ao apresentar, nos termos do art. 21, inciso XXX, do Regimento Interno, este relatório dos trabalhos desenvolvidos ao longo do ano judiciário de 1995, iniciado sob a presidência do Ministro William Andrade Patterson.

II - ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

A - SECRETARIA-GERAL DA PRESIDÊNCIA

Objeto, também, do programa de modernização dos serviços administrativos do Tribunal, esta Secretaria-Geral passou a abranger, além dos órgãos que a compunham, a Assessoria de Cerimonial e Relações Internacionais e a Assessoria Técnica de Organização & Métodos, resultantes do desmembramento da Assessoria de Comunicação Social, bem como a Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros.

Reestruturada, a Assessoria de Comunicação Social passou a desincumbir-se de importantes ações junto ao Congresso Nacional, onde tramitam propostas de emenda constitucional que visam alterar a estrutura do Poder Judiciário.

Na área de assessoramento parlamentar, registre-se o acompanhamento da proposta orçamentária e do projeto do plano de carreira do Poder Judiciário da União.

O setor de relações públicas ampliou o atendimento à recepção de visitantes, dando ênfase ao programa dirigido a acadêmicos de Direito de diferentes pontos do País, enquanto a área de imprensa lançou o boletim INFORME-SE e promoveu o credenciamento de jornalistas que atuam junto a este Tribunal, facilitando contatos da Presidência com os meios de divulgação, no interesse geral.

Em decorrência da mudança desta Corte para as instalações definitivas, situadas numa área ampla, abrangendo cinco blocos, foi mister subordinar diretamente à Secretaria-Geral da Presidência as unidades responsáveis pela administração de edifícios, segurança e apoio aos Ministros, agrupando-as na Secretaria de Segurança e Apoio aos Ministros, o que conferiu maior agilidade à cadeia de informações e ao processo decisório e executivo.

B - SECRETARIA DE CONTROLE INTERNO

No desempenho de suas funções, cujo propósito é comprovar a legalidade da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, esta Secretaria procedeu à análise da documentação comprobatória das despesas realizadas, pronunciando-se, quando necessário, assim como acompanhou e controlou a execução do orçamento e do cronograma de desembolso financeiro.

C - SECRETARIA-GERAL JUDICIÁRIA

Conforme proposta de modernização da estrutura organizacional do Tribunal, foi criada esta Secretaria-Geral, que compreende as Secretarias Judiciária, de

Jurisprudência e de Documentação. As atividades-fim do Tribunal, que esta Secretaria mais diretamente apóia, mostram que, no exercício de 1995, foram autuados e distribuídos **68.576** processos. Desses, foram julgados **57.338** pelos órgãos competentes, a saber: 1ª Seção (1ª e 2ª Turmas), **17.991**; 2ª Seção (3ª e 4ª Turmas), **13.059**; 3ª Seção (5ª e 6ª Turmas), **25.905** e Corte Especial, **383** feitos, aí não incluídos os Agravos Regimentais e os Embargos de Declaração, em número de **4.994**.

Constam, ainda, **39** recursos extraordinários interpostos, submetidos a exame de admissibilidade pelo Presidente, e **1.531**, pelo Vice-Presidente, por competência delegada, dos quais **30** foram admitidos e **1.540**, denegados.

Registrem-se, outrossim, **26.474** acórdãos publicados, bem como **5.484** despachos diversos proferidos pelo Presidente, junto à Secretaria Judiciária, e pelo Vice-Presidente, por delegação de competência, em processos, petições, ofícios e telex. Além desses, foram apreciados **126** pedidos de suspensão de segurança, encaminhados diretamente à Presidência.

Estudo comparativo dos boletins estatísticos desde a criação desta Corte, registra considerável crescimento do número de feitos: 1989 - **6.103**; 1990 - **14.087**; 1991 - **23.368**; 1992 - **33.872**; 1993 - **33.336**; 1994 - **38.670**; 1995- **68.576**. Dos **218.012** processos recebidos no período, há **11.395** remanescentes, aguardando julgamento, não obstante a excepcional capacidade de trabalho dos Senhores Ministros. Desses, **3.937** estão no Ministério Público Federal à espera de pronunciamento.

Dos **26.520** acórdãos incluídos no exercício de 1995, **9.936** já estão indexados e **9.803**, catalogados.

Especial realce merece o número de pesquisas realizadas - **16.252** -, assim como a publicação do Manual do Analista de Jurisprudência, que visa ao estabelecimento de diretrizes de indexação.

A par da publicação normal dos periódicos e realização de pesquisas de doutrina, legislação e jurisprudência, foi criado o acervo de obras raras, constituído de 1.200 livros, e iniciado o Projeto de Recuperação do Inteiro Teor do Acórdão.

D - SECRETARIA-GERAL ADMINISTRATIVA

O ano de 1995 transcorreu sob o influxo da mudança para a sede: a expectativa anterior e o impacto posterior. Em ambos os ciclos, os servidores despenderam energia adicional para exercer suas atribuições, especialmente na remoção de móveis, equipamentos e documentos, ante a impossibilidade de se ter concluído, em tempo hábil, a licitação para a execução de tais serviços.

O demonstrativo da força de trabalho comprova que as atividades do Tribunal estiveram a cargo de 31 Ministros e 1.810 servidores.

Quanto ao subsistema de manutenção de pessoal, os programas previstos na Resolução 62, de 18.9.92, que criou o PRÓ-SER, foram executados em sua totalidade, ressaltando-se a implantação do Programa Bolsa de Estudo e do Programa Auxílio, este destinado à aquisição de órteses, próteses e implementos médico-odonto-hospitalares. Abrigando 6.576 beneficiários em 1994, o PRÓ-SER tem, hoje, 7.495 usuários cadastrados.

No que toca à programação orçamentária e financeira, a Lei 8.980, de 19.1.95, foi modificada três vezes pelo Poder Executivo, mediante os Decretos de 25.10.95, 28.11.95 e 14.12.95. Assim, de uma dotação inicial consignada no valor de R\$ 134.910.091,00 (cento e trinta e quatro milhões, novecentos e dez mil, noventa e um reais), o orçamento do Tribunal foi suplementado em R\$ 9.220.233,00 (nove

milhões, duzentos e vinte mil, duzentos e trinta e três reais), totalizando, ao final do exercício, R\$ 144.130.324,00 (cento e quarenta e quatro milhões, cento e trinta mil, trezentos e vinte e quatro reais). As despesas realizadas à conta de créditos orçamentários de 1995 atingiram um montante de R\$ 123.522.433,61 (cento e vinte e três milhões, quinhentos e vinte e dois mil, quatrocentos e trinta e três reais e sessenta e um centavos), correspondente a 85,70% do orçamento, tendo sido pagos R\$ 117.892.854, 24 (cento e dezessete milhões, oitocentos e noventa e dois mil, oitocentos e cinqüenta e quatro reais e vinte e quatro centavos), efetivamente, durante o exercício e R\$ 5.629.579,37 (cinco milhões, seiscentos e vinte e nove mil, quinhentos e setenta e nove reais e trinta e sete centavos), inscritos em restos a pagar para liquidação em 1996. Ao Tesouro Nacional foi revertido um saldo de R\$ 20.607.890,39 (vinte milhões, seiscentos e sete mil, oitocentos e noventa reais e trinta e nove centavos), equivalente a 14,30% do total de recursos consignados.

Em relação às despesas extra-orçamentárias, houve restos a pagar inscritos em 1994 para o exercício seguinte, no valor de R\$ 17.223.008,96 (dezessete milhões, duzentos e vinte e três mil, oito reais e noventa e seis centavos), do qual foi paga a importância de R\$ 15.030.501,53 (quinze milhões, trinta mil, quinhentos e um reais e cinqüenta e três centavos).

No processo de mudança para a nova sede, efetuou-se, no âmbito da Secretaria de Informática, a prévia padronização dos equipamentos antigos e dos novos, assim como sua distribuição e instalação, objetivando a implementação da infraestrutura de telemática projetada e a facilidade de adaptação e acesso dos usuários. Após a etapa de instalação, foi iniciado o programa de treinamento relativo às inovações tecnológicas.

III - RELAÇÕES COM OS PODERES PÚBLICOS E AUTORIDADES

A Presidência tem-se feito presente ou representar em solenidades e reuniões de trabalho, participando de eventos nos quais são suscitados temas relevantes para a atualização da estrutura e da atuação do Poder Judiciário, valendo exemplificar com as reuniões do Colégio de Presidentes dos Tribunais de Justiça dos Estados, realizados em Aracaju, Curitiba, Salvador e Brasília, bem como em Vitória, onde o Tribunal foi representado pelo eminente Ministro Antônio de Pádua Ribeiro.

A convite da Comissão Especial da Câmara dos Deputados, incumbida de instruir a tramitação da proposta de emenda constitucional do Deputado Hélio Bicudo, sobre o Poder Judiciário, e presidida pelo Deputado Wagner Rossi, o Presidente ali prestou depoimento, em audiência pública, oferecendo subsídios ao parecer do Relator, Deputado Jairo Carneiro, ilustres Parlamentares com os quais a Comissão de Estudos Constitucionais do Tribunal manteve e continua a manter entendimentos.

IV - COMPOSIÇÃO DO TRIBUNAL

A composição do Tribunal passou por alterações durante o ano. Deixaram-nos, por merecida aposentadoria, os Ministros Francisco Dias Trindade, Pedro da Rocha Acioli, Jesus Costa Lima e Antônio Torreão Braz. Duas das vagas já

foram preenchidas, e hoje temos o privilégio de contar com a honrosa presença dos Ministros Ari Pargendler, desde junho, e José Augusto Delgado, a partir de dezembro.

V - PLANEJAMENTO

O período ora iniciado deverá caracterizar-se por um esforço ainda mais intenso, com a continuidade da implantação do processo de modernização dos serviços administrativos de nossa Corte e de sua adequação às imposições das novas instalações, estando previsto, para estes primeiros meses do ano, a adoção de eficiente sistema de protocolo informatizado, em condições de oferecer fácil localização de processos e outros feitos em tramitação na Casa.

Ao lado dessa preocupação, que haverá de ser insistente, será dedicado todo o empenho no sentido de se lograr a aprovação, pelo Legislativo, do plano de carreira dos servidores do Judiciário da União, a fim de que, assim, estabeleçam-se condições para o aprimoramento de nossos valores humanos, meta prioritária na área administrativa.

VI - CONCLUSÃO

Encerro estes esclarecimentos, com o registro das principais realizações do último ano, expressando profundos agradecimentos pela inestimável colaboração e compreensão dos ilustres Ministros que compõem o Tribunal, sem cujo aconselhamento seria impossível lograr êxito no cumprimento de nossas missões.

Destaco, igualmente, o apoio dos dirigentes, assessores e demais servidores, que, com tanta presteza, estiveram ao nosso lado, como parcela das mais ponderáveis para o bom funcionamento do Superior Tribunal de Justiça.

Brasília, 1º de fevereiro de 1996.

**MINISTRO BUENO DE SOUZA
PRESIDENTE**